



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

021. PROVA OBJETIVA

ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto de Luis Fernando Verissimo para responder às questões de números **01** a **06**.

2020

E lá fomos nós para o ano vinte-vinte, na esperança de que a repetição dos números significasse alguma coisa...

Vivemos sempre com a expectativa que uma anomalia ou qualquer ruptura com o normal – como um ano com números reincidentes – seja um sinal. E há pessoas que procuram nos astros esse sinal de que algo guia seus passos e orienta sua vida.

Quando comecei a trabalhar na imprensa, há 200 anos, fazia de tudo na redação, depois de passar o dia no meu outro emprego de redator de publicidade. Um dia me pediram para fazer o horóscopo, já que o astrólogo profissional insistia em ganhar um aumento, uma reivindicação irrealista, dadas as condições do jornal. Como eu já fazia de tudo na redação, comecei a fazer o horóscopo também. Todos os dias inventava o destino das pessoas e distribuía as previsões e os conselhos pelos 12 signos do zodíaco.

O horóscopo era a última coisa que eu fazia no jornal antes de ir me encontrar com a Lucia e, se tivéssemos sorte, ir a um cinema, de modo que meu horóscopo era sempre feito às pressas, e com a escassa energia que sobrava depois de um dia fazendo de tudo. E então bolei uma solução genial para liquidar o horóscopo em pouco tempo e ir embora. Como era óbvio que as pessoas só querem saber o texto do seu próprio signo, comecei a fazer um rodízio: mudava os textos de signo e de lugar. O que um dia era o texto para libra no dia seguinte era para sagitário, etc. Ninguém iria notar a trapaça sideral, os deuses me perdoariam.

Não demorou para que o editor do jornal me chamasse. Tinha muita gente reclamando do horóscopo. O que eu pensava que era óbvio não era. Minha pseudoesperteza tinha sido descoberta, aparentemente todo o mundo lê todo o horóscopo todos os dias. Minha breve carreira de astrólogo terminou ali. Mas eu só queria dizer que, mesmo quando era eu que escrevia os textos, nunca deixava de ler o que libra reservava para meu futuro. Fazer o quê? Precisamos de uma direção na vida, venha ela de onde vier.

(O Estado de São Paulo, 05.01.2020. Adaptado)

01. Com base nas informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade dos astros na ocorrência de eventos reincidentes é fato consumado para a maioria das pessoas.
- (B) O escritor, chegando à redação do jornal, redigia rapidamente o horóscopo a fim de estar livre para sair com a namorada.
- (C) O autor percebeu que era improcedente a sua ideia de que os leitores liam exclusivamente as informações relativas ao próprio signo.
- (D) O chefe da redação optou por demitir o astrólogo visto que este carecia de habilidade para se responsabilizar pela seção.
- (E) O horóscopo redigido pelo autor priorizava conselhos para o sucesso na vida doméstica e amorosa dos leitores.

02. No quarto parágrafo, em – Como era óbvio que as pessoas só querem saber o texto do seu próprio signo, comecei a fazer um rodízio: mudava os textos de signo e de lugar. –, os dois-pontos introduzem uma

- (A) explicação e equivalem a *isto é*.
- (B) advertência e equivalem a *aliás*.
- (C) opinião e equivalem a *excepcionalmente*.
- (D) retificação e equivalem a *a saber*.
- (E) suposição e equivalem a *ou seja*.

03. Considere as frases elaboradas a partir do texto original.

- _____ no horóscopo publicado pelo jornal estavam previsões e orientações para os leitores.
- Considerando _____ as reclamações dos leitores, o editor imediatamente advertiu o autor sobre a conduta inapropriada.
- Apostando na sua esperteza, o autor _____ que aleatoriamente alternava os textos relativos aos signos do zodíaco.

Atendendo à norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por

- (A) Inseridas ... pertinente ... meia
- (B) Inseridas ... pertinentes ... meio
- (C) Inseridos ... pertinentes ... meia
- (D) Inseridos ... pertinente ... meio
- (E) Inseridos ... pertinentes ... meio

04. Assinale a alternativa em que a frase reescrita com base nas ideias do texto está em conformidade com a regência padrão.

- (A) Vivemos sempre na ânsia a que uma anomalia rompa com a normalidade.
- (B) Há pessoas que procuram nos astros um sinal de algo que guie nossos passos, que dê um norte com nossa vida.
- (C) O astrólogo profissional tinha a pretensão com ganhar um aumento, mas era uma reivindicação irrealista.
- (D) Meu horóscopo era sempre feito às pressas, e com a escassa energia de que dispunha depois de um dia fazendo de tudo.
- (E) Nunca deixava de olhar o horóscopo para ver o futuro de que libra me havia destinado.

05. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado na alternativa que completa a frase: *O autor...*

- (A) procurava fazer face à uma jornada de trabalho estafante.
- (B) deu-se à certas extravagâncias, como estabelecer um rodízio entre os signos do horóscopo.
- (C) afirma que muitos atribuem poderes mágicos à repetição dos números em determinadas datações.
- (D) não imaginou que os leitores eram habituados à ler todos os signos.
- (E) aceitou fazer o horóscopo, embora fosse uma seção à que não dava importância.

Leia o texto de Ruy Castro para responder às questões de números **06 a 10**.

Beijos proibidos

Manier Sael, um imigrante haitiano em São Paulo, por meio de tocante entrevista ao jornal, contou que, ao chegar ao Brasil, e ao começar a namorar a brasileira que se tornaria sua mulher e mãe de sua filha, disse-lhe que tinha um desejo: beijá-la em público, na rua. “No Haiti, isso não existe”, ele explicou. “É uma coisa que eu nunca tinha visto na vida real, só na televisão. Ela falou que tudo bem. Como eu me senti nessa hora [ao beijá-la]? Me senti brasileiro”.

É interessante como, às vezes, precisamos de que alguém de fora venha nos revelar quem somos ou como somos. Haverá coisa mais corriqueira no Brasil do que beijar em público? Pelo menos, é o que pensamos e – considerando quantas vezes fizemos isso sem o menor problema – será preciso um exercício intelectual para nos lembrar de que pode ter havido exceções à regra.

Dois cidades do interior de São Paulo já tiveram juízes que proibiram beijos em praça pública. E isso não foi no século 19, mas nos anos loucos de 1980 e 1981. Até a proibição ser revogada por ridícula, vários casais foram parar na cadeia.

Um dos restaurantes mais antigos do Rio, a Adega Flor de Coimbra, até hoje ostenta na parede um quadro dos velhos tempos: “Proibido beijos ousados”. O quadro continua lá pelo folclore, claro – mesmo porque, tendo pedido sua farta e deliciosa feijoada à Souza Pinto, quem pensará em dar beijos, mesmo ousados?

E uma querida senhora que conheci, ao ver um casal se beijando na novela da TV, deu um profundo suspiro e, do alto de seus 90 anos, exclamou, talvez sem se dar conta de que todos na sala podiam escutá-la: “Eu nunca fui beijada!”. Ali, naquele momento, todos nos conscientizamos da nossa tremenda fragilidade.

(www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/10/beijos-proibidos.shtml)
Publicado em 28.10.2019. Adaptado)

06. Uma semelhança entre os dois textos da prova, *2020* e *Beijos proibidos*, está no fato de os autores

- (A) compartilharem suas experiências com os leitores, o que se confirma pelo emprego de verbos na primeira pessoa.
- (B) revelarem-se indivíduos que, apesar da pretensa postura racional diante da vida, são supersticiosos.
- (C) relatarem as dificuldades que aqueles que trabalham na imprensa precisam enfrentar para sobreviver nesse meio.
- (D) descreverem, utilizando termos jocosos, comportamentos culturais que são tipicamente brasileiros.
- (E) servirem-se de linguagem subjetiva para criticar o puritanismo descabido dos leitores.

07. De acordo com o conteúdo do texto, é correto afirmar que

- (A) Manier Sael, assim como muitos imigrantes, declarou ter vindo ao Brasil com o intuito de formar uma família.
- (B) os juízes das duas cidades paulistas proibiram beijos públicos atendendo a reivindicações de parte dos munícipes.
- (C) o restaurante carioca mantém o quadro dos velhos tempos na parede, pois é uma forma direta de reprimir a conduta dos clientes.
- (D) as pessoas presentes na sala se surpreenderam quando a senhora decidiu inteirá-los de certas frustrações de sua juventude.
- (E) o paralelo com outras culturas nos dá, segundo o autor, uma dimensão mais ampla de nosso perfil como nação.

08. Houve duas cidades no país que proibiram, _____ em meio aos anos loucos de 1980 e 1981, beijos em praça pública; _____, _____ ficou evidente o absurdo dessa imposição, a proibição foi revogada.

Para que a frase mantenha o sentido original do texto, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) ainda que ... no entanto ... visto que
- (B) mesmo que ... depois que ... e
- (C) como ... ou ... porque
- (D) por conseguinte ... porém ... desde que
- (E) embora ... para que ... pois

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Beijos em público, para Manier Sael, fazia parte de comportamentos que eram condenados em seu país de origem.
- (B) Por conta da proibição imposta por alguns juízes, houve casais que foram conduzidos para a prisão.
- (C) Apesar de beijar na rua ser algo corriqueiro no Brasil, existiram exceções à regra como comprova duas cidades paulistas.
- (D) Alguns clientes certamente se esquecerão de beijos ousados quando estiver degustando a famosa feijoada do restaurante.
- (E) Em duas cidades do Brasil, proibiram-se beijos em locais públicos, o que geraram muitas contestações.

10. Atendendo à norma-padrão de emprego e de colocação dos pronomes, assinale a alternativa em que a expressão destacada na frase pode ser substituída pela expressão entre parênteses.

- (A) Para o repórter, Manier Sael **concedeu ao repórter** uma entrevista tocante. (o concedeu)
- (B) Para a futura esposa, ele timidamente **confessou à futura esposa** o desejo de dar um beijo em público. (confessou-lhe)
- (C) Cenas de beijos, somente pela televisão é que Manier **havia visto cenas de beijos**. (havia visto-as)
- (D) Exceções à regra, precisamos de um exercício intelectual para **recordar exceções à regra**. (recordar-lhes)
- (E) Quanto ao pedido de Manier, a namorada, que nada viu de constrangedor na situação, **aceitou o pedido de Manier**. (aceitou-o)

Considere os seguintes dados aproximados referentes à cidade de Ilhabela para responder às questões de números **11** e **12**.

ILHABELA	
Área territorial	346 km ²
População estimada (2019)	35 mil hab.

(<https://www.ibge.gov.br>)

- 11.** A densidade demográfica de uma cidade é definida como a razão entre a sua população e a sua área. Essa medida com relação à cidade de Ilhabela é um valor de, aproximadamente,
- (A) 10 hab./km².
 (B) 101 hab./km².
 (C) 311 hab./km².
 (D) 381 hab./km².
 (E) 12 110 hab./km².
- 12.** Segundo dados da Prefeitura de Ilhabela, no dia 21.02.2020 houve na cidade uma precipitação de cerca de 120 mm. Sabendo que cada milímetro de precipitação significa que em uma área de 1 m² choveu 0,001 m³ de água; em Ilhabela, na data mencionada, o volume de água que caiu na cidade foi de cerca de
- (A) 120 mil metros cúbicos.
 (B) 20,8 milhões de metros cúbicos.
 (C) 41,5 milhões de metros cúbicos.
 (D) 2,1 bilhões de metros cúbicos.
 (E) 4,2 bilhões de metros cúbicos.

Considere o seguinte Decreto da cidade de Ilhabela para responder às questões de números **13** e **14**.

Decreto Municipal nº 2.462, de 07.02.2011

Dispõe sobre o uso de taxímetro nos carros de aluguel, fixa-lhes cor padrão e estabelece valor de bandeirada.

Art. 2º A partir de 90 (noventa) dias a contar da data do presente decreto, o valor da corrida será:

I – bandeirada no valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos); (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 2.574, de 31.03.2011).

II – quilometro rodado: (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 7.164, de 09.10.2018).

a) **bandeira 1** – R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos), de segunda-feira à sexta-feira, entre as 6:00 hs e 20:00 hs.

b) **bandeira 2** – R\$ 5,55 (cinco reais e cinquenta e cinco centavos), após as 20:00 hs até 6:00 hs, bem como aos sábados, domingos e feriados, e a qualquer hora no período correspondente aos dias 1º de julho a 15 de julho e 16 de dezembro a 31 de dezembro.

13. A tarifa do quilômetro rodado da bandeira 2 apresenta um aumento em relação à da bandeira 1
- (A) inferior a 20%.
 - (B) entre 20% e 24%.
 - (C) entre 24% e 28%.
 - (D) entre 28% e 32%.
 - (E) superior a 32%.
14. Considerando que o preço da corrida de táxi é composto do valor da bandeirada mais um valor proporcional à distância percorrida, um passageiro que tenha feito uma corrida de 5 km em Ilhabela no domingo pagará
- (A) R\$ 14,33.
 - (B) R\$ 21,40.
 - (C) R\$ 25,90.
 - (D) R\$ 27,75.
 - (E) R\$ 32,25.
15. Um setor da Prefeitura de Ilhabela recebeu uma demanda de realização de um determinado trabalho com prazo máximo de 5 dias. Sabe-se que esse mesmo trabalho, com as 9 máquinas de que o setor dispõe, leva 8 dias para ser concluído. Se cada máquina nova custa R\$ 2.500,00, o valor mínimo que deverá ser investido para a aquisição de máquinas, de modo que o prazo determinado seja respeitado, é de
- (A) R\$ 12.500,00.
 - (B) R\$ 15.000,00.
 - (C) R\$ 22.500,00.
 - (D) R\$ 35.000,00.
 - (E) R\$ 37.500,00.
16. Para entrar em Ilhabela, os veículos com placa de outras cidades devem pagar uma taxa, cujos valores arrecadados são utilizados em projetos de preservação ambiental. Segundo dados do site da prefeitura de Ilhabela, os carros devem pagar R\$ 7,50 e as motocicletas R\$ 3,00. Se em dado dia entraram em Ilhabela 1 376 veículos entre carros e motocicletas e foram arrecadados R\$ 9.303,00 de taxa ambiental com eles, o número de carros que entrou na ilha foi de
- (A) 226.
 - (B) 344.
 - (C) 688.
 - (D) 1032.
 - (E) 1 150.

17. Considere as tabelas a seguir:

Tarifas para os serviços de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, para o município de Ilhabela, a partir de 11 de Maio de 2019

CATEGORIA RESIDENCIAL/COMUM		
Classes de consumo m ³ /mês	Tarifa de água – (em R\$)	Tarifas de esgoto – (em R\$)
0 a 10	26,18/mês	26,18/mês
11 a 20	3,65/m ³	3,65/m ³
21 a 50	4,83/m ³	4,83/m ³
Acima de 50	6,55/m ³	6,55/m ³

(<https://www9.sabesp.com.br/agenciavirtual/pages/tarifas>)

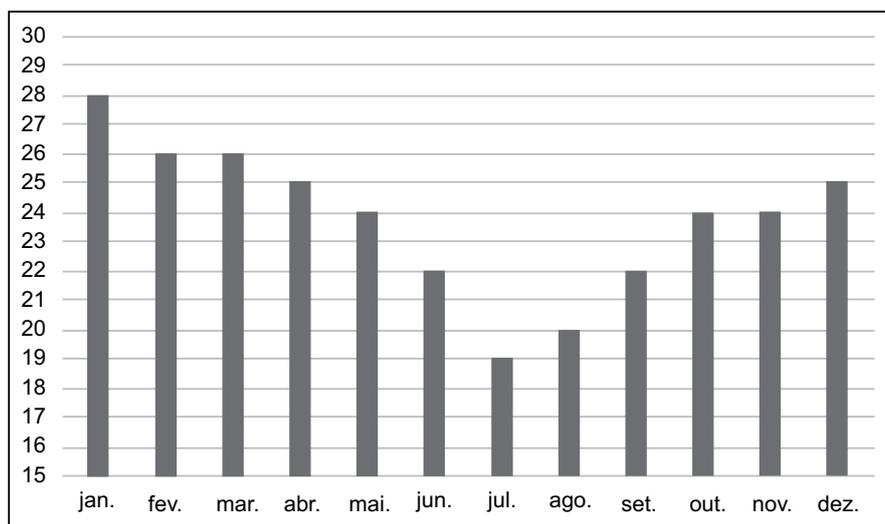
Exemplo de classificação de um consumo de 25 m³

CLASSES DE CONSUMO M ³ /MÊS	CONSUMO
0 a 10	Mínimo
11 a 20	10
21 a 50	5
Acima de 50	0

Um morador de Ilhabela da categoria residencial/comum que consuma 60 m³ pagará, referente unicamente às tarifas de água e de esgoto, um total de

- (A) R\$ 82,42.
- (B) R\$ 273,08.
- (C) R\$ 393,00.
- (D) R\$ 546,16.
- (E) R\$ 786,00.

18. No gráfico a seguir são apresentadas as temperaturas médias aproximadas na cidade de Ilhabela em cada um dos meses de 2019:



(<http://www.ciiagro.sp.gov.br>)

Com base nesses dados, considerando a temperatura média em um dado período como a média das temperaturas médias em cada um dos meses correspondentes, a temperatura média em Ilhabela nos 4 meses mais frios de 2019

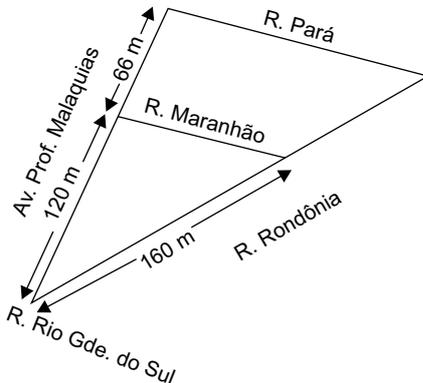
- (A) foi inferior a 19 °C.
- (B) esteve entre 19 °C e 20 °C.
- (C) esteve entre 20 °C e 21°C.
- (D) esteve entre 21 °C e 22 °C.
- (E) foi superior a 22 °C.

19. Um funcionário da Prefeitura de Ilhabela estava orçando a compra de um determinado material de consumo para o seu setor e encontrou-o em diferentes medidas, conforme tabela a seguir:

EMBALAGEM	MEDIDA	VALOR
A	50 cm x 50 m	R\$ 29,90
B	25 cm x 100 m	R\$ 31,50
C	1 m x 25 m	R\$ 35,90
D	1 m x 50 m	R\$ 49,40
E	50 cm x 100 m	R\$ 54,70

Considerando que esse funcionário optou pela embalagem cujo valor por metro quadrado do material era inferior a R\$ 1,00, então a embalagem escolhida foi

- (A) A.
 (B) B.
 (C) C.
 (D) D.
 (E) E.
20. A figura a seguir é uma representação aproximada da região de Ilhabela em que as ruas Prof. Malaquias e Rondônia se encontram na Rio Grande do Sul:



Considerando que na representação aproximada a Rua Maranhão e a Rua Pará são paralelas, o trecho da Rua Rondônia entre elas medirá

- (A) 88 m.
 (B) 106 m.
 (C) 248 m.
 (D) 290 m.
 (E) 346 m.

ATUALIDADES

21. A 92ª edição do Oscar premiou o filme *American Factory*, na Categoria de Melhor Documentário. Ele mostra a fragilidade das relações trabalhistas nos EUA com a abertura da indústria chinesa pós-crise norte-americana.

(Poder360. Disponível em: <https://bit.ly/2SSii9h>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Na mesma categoria concorria o filme brasileiro

- (A) *A vida invisível*.
- (B) *A voz do silêncio*.
- (C) *Bacurau*.
- (D) *Legalidade*.
- (E) *Democracia em Vertigem*.

22. No dia 28 de janeiro de 2020, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou um plano de paz para o conflito entre Israel e Palestina.

Entre os pontos principais da proposta está a

- (A) injeção de US\$ 50 bilhões para a Palestina gerar 1 milhão de empregos.
- (B) divisão de Jerusalém como capital de Israel ao norte e da Palestina ao sul.
- (C) manutenção dos atuais territórios ocupados por Israel.
- (D) devolução do povoado de Abu Dis, próximo à Cidade Velha de Jerusalém, para a Palestina.
- (E) manutenção dos atuais territórios palestinos e reconhecimento do estado Palestino pelos EUA.

23. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11.12.2019), o projeto de lei do saneamento básico (PL nº 4.162/19, do Poder Executivo), que facilita a privatização de estatais do setor.

(Câmara dos Deputados. Disponível em <https://bit.ly/2SRrydx>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Além da possibilidade de privatização, o projeto prevê

- (A) a prorrogação do prazo para o fim dos lixões.
- (B) a criação de regras claras para o financiamento cruzado.
- (C) a obrigatoriedade da empresa contratada de fazer a despoluição dos rios que recebem esgotos.
- (D) que os atuais contratos não poderão ser prorrogados pelas partes em nenhuma hipótese.
- (E) o cancelamento dos contratos de saneamento pactuados com estatais.

24. No sábado, 25 de janeiro (2020), o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, anunciaram 15 acordos. A maioria deles não terá efeito prático a curto e médio prazo, mas contribui para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre os dois países.

(Uol. Disponível em <https://bit.ly/37Vt8zo>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

Os repórteres que cobriram a viagem do presidente brasileiro à Índia destacam, entre outras, a intenção

- (A) dos dois países de se apresentarem como negociadores de planos de paz para o Oriente.
- (B) dos dois governos criarem leis que protejam os ecossistemas e impeçam o aquecimento global.
- (C) de fortalecer a produção pecuária criando condições para ampliar pastagens em zonas de proteção ambiental.
- (D) da Índia de apoiar o ingresso do Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.
- (E) de criarem um mercado comum entre os dois países com isenção tarifária para todos os produtos industrializados e *in natura*.

25. O presidente Jair Bolsonaro assinou, nesta sexta-feira (21.02.2020), o projeto de reforma administrativa que reestruturará as regras do funcionalismo federal. A Proposta de Emenda Constitucional deve ser enviada ao Congresso depois do carnaval.

(Câmara dos Deputados. Disponível em <https://bit.ly/3c1gOkuo>. Acesso em 23.02.2020. Adaptado)

De acordo com o projeto do executivo,

- (A) o servidor público será proibido de se filiar a partido político.
- (B) a estabilidade acaba para os novos servidores.
- (C) os critérios de avaliação de desempenho serão feitos por empresas terceirizadas.
- (D) o fim da estabilidade é para todos os servidores (novos e antigos).
- (E) a remuneração inicial será aumentada para se equiparar ao mercado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, há um aplicativo com funcionalidade de assistente chamado
- (A) Google Assistente.
 - (B) Bia.
 - (C) Alexia.
 - (D) Siri.
 - (E) Cortana.

27. Após adicionar uma imagem (por meio do ícone Imagem da guia Inserir) em um documento do MS-Word 2019, em sua configuração padrão, um usuário clicou com o botão direito sobre a imagem e escolheu a opção Inserir Legenda.

Assinale a alternativa que apresenta o rótulo pré-selecionado nas opções na janela que se abre após a escolha descrita no enunciado.

- (A) Figura.
- (B) Equação.
- (C) Tabela.
- (D) Foto.
- (E) Imagem.

28. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2019, em sua configuração padrão.

	A	B
1	A	C
2	A	D
3	B	A
4	B	E
5	C	E
6		

Assinale a alternativa que apresenta o valor resultante da aplicação da fórmula =CONT.SE(A1:B5;">B1") na célula B6.

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

29. Em uma apresentação do MS-PowerPoint 2019, em sua configuração original, com o foco no painel de miniaturas, pode-se adicionar um novo slide utilizando-se o atalho por teclado

- (A) Ctrl + N
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + S
- (D) Ctrl + M
- (E) Ctrl + B

30. Os campos exibidos a seguir, descrevem o preenchimento automático resultante do uso da opção Responder a Todos, feita pelo usuário de conta segundo@ilhabela.gov.br ao responder uma mensagem do usuário de conta primeiro@ilhabela.gov.br.

De: segundo@ilhabela.gov.br

Para: primeiro@ilhabela.gov.br

Cc: terceiro@ilhabela.gov.br

Cco:

Assinale a alternativa que apresenta os campos preenchidos na origem, ou seja, como poderiam estar os campos da mensagem enviada pelo usuário de conta primeiro@ilhabela.gov.br.

(A) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc: quarto@ilhabela.gov.br
Cco: terceiro@ilhabela.gov.br

(B) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: terceiro@ilhabela.gov.br
Cc: segundo@ilhabela.gov.br
Cco: quarto@ilhabela.gov.br

(C) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: quarto@ilhabela.gov.br
Cc: terceiro@ilhabela.gov.br
Cco: segundo@ilhabela.gov.br

(D) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc:
Cco: terceiro@ilhabela.gov.br

(E) De: primeiro@ilhabela.gov.br
Para: segundo@ilhabela.gov.br
Cc:
Cco:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Desde os anos 1960, alguns teóricos da Análise de Políticas Públicas consideram que não fazer nada em relação a um problema público também é uma forma de política pública. Nessa interpretação, o conceito de política pública, além das ações governamentais – o que o governo escolhe fazer –, abrange:
- (A) os projetos públicos não estatais realizados pelo terceiro setor para compensar a insuficiência das políticas sociais.
 - (B) os planos de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial que completam, desde o pós-guerra, as políticas públicas nacionais e subnacionais.
 - (C) os programas de investimento das empresas estatais (sociedades de economia mistas e empresas públicas) que suprem a ausência de ações governamentais de infraestrutura.
 - (D) os processos legislativos que determinam, com a elaboração de leis, as políticas públicas que os governos devem fazer.
 - (E) as situações de omissões, negligências e inações governamentais perante um problema público.
32. Na estrutura administrativo-organizacional do setor público, os “burocratas do nível da rua” são os responsáveis por executar as políticas públicas no contato com os cidadãos. Geralmente, esses profissionais acabam materializando a imagem do serviço público perante a sociedade e tomando decisões – dentro de seu poder discricionário – que impactam os projetos/atividades governamentais. Considerando a institucionalidade da gestão pública municipal no Brasil, assinale a alternativa na qual todos os funcionários públicos são, essencialmente, burocratas do nível da rua.
- (A) Professores da rede municipal, guardas civis municipais e assistentes de almoxarifado das autarquias e fundações públicas municipais.
 - (B) Agentes de fiscalização de trânsito, médicos dos hospitais públicos municipais e motoristas/cobreadores de ônibus das empresas de transporte municipais.
 - (C) Enfermeiros das UBS, assistentes sociais dos CRAS e analistas técnico-administrativos das secretarias municipais.
 - (D) Agente cultural de equipamentos públicos locais de lazer, dentistas dos postos de saúde municipais e gerentes de programas do PPA municipal.
 - (E) Recepcionistas de atendimento ao usuário-cidadão nas repartições públicas municipais, procuradores municipais e agente comunitário de saúde do Programa Saúde da Família.
33. Na Prefeitura Municipal de Poplândia, o secretário de Planejamento & Gestão, formado em Administração de Empresas, tem argumentado nas reuniões com o prefeito que todos os órgãos da administração pública local devem aderir a um Programa de Qualidade Total, almejando, no médio prazo, obterem uma certificação tal como a ISO 9001 ou correlato. Na última reunião, um analista de gestão pública recém-contratado, ao ser indagado pelo prefeito sobre essa intenção do secretário municipal, respondeu que ela se caracteriza pela racionalidade do “modelo lata de lixo” – ou *garbage can model* – do processo de decisão em políticas públicas. Logo, na opinião do analista de gestão pública,
- (A) todos os órgãos públicos do município têm um problema concreto de ausência ou insuficiência de qualidade e devem correr atrás dessa solução proposta pelo secretário.
 - (B) o secretário municipal tem uma solução em mãos pela qual ele tem certa predileção e está correndo atrás de problemas nos órgãos públicos do município para tentar justificar sua adoção e implantá-la.
 - (C) o prefeito deve considerar a proposta do secretário municipal e ajustar, de maneira incremental, o problema de todos os órgãos públicos do município à solução de adoção de um Programa de Qualidade Total.
 - (D) o secretário municipal, baseado em uma racionalidade ilimitada, está buscando otimizar os resultados organizacionais de toda a prefeitura; isto é, todos os problemas devem ser “jogados na mesma lata de lixo” e solucionados de maneira integrada.
 - (E) o secretário municipal é um empreendedor de política pública que está, a partir de comparações sucessivas de alternativas de soluções com o problema dos órgãos públicos do município, buscando inovar na gestão pública local.

34. Leia o trecho para responder à questão.

Câmara estuda projeto da reforma administrativa enviada pela Prefeitura

Os vereadores da Câmara Municipal de Ilhabela receberam na tarde de quarta-feira (5/7) o secretário municipal de Governo, que protocolou o projeto de lei da reforma administrativa da Prefeitura, junto à presidente do Legislativo. No mesmo dia, os parlamentares se reuniram para estudar a proposta e resolveram, inicialmente, encaminhar o PL à procuradoria jurídica da Casa, a fim de obter um parecer técnico. (...)

(Disponível em <https://www.camarailhabela.sp.gov.br/noticia.php?Id=1132>. 06.07.2017. Adaptado)

Uma reforma administrativa considera, além dos aspectos políticos e técnicos, a perspectiva organizacional das políticas públicas que, se refere à

- (A) compreensão das trocas políticas necessárias para garantir um acordo entre políticos, burocratas e atores da sociedade civil.
- (B) análise sistemática sobre as causas e consequências dos problemas públicos, bem como sobre os prováveis resultados das diversas alternativas de políticas públicas disponíveis para se trabalhar.
- (C) estrutura das organizações públicas, à gestão de recursos humanos e os procedimentos administrativos necessários para responder aos desafios do processo de políticas públicas.
- (D) elaboração dos programas governamentais finalísticos em termos do diagnóstico do problema a ser enfrentado e da definição do público-alvo a ser beneficiado.
- (E) definição da agenda formal do governo para as relações administrativas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, seja no nível federal, estadual ou municipal.

35. O Coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias. Em dezembro de 2019, o novo agente do coronavírus – conhecido como COVID-19 – foi descoberto na China e, durante o ano de 2020, ocasionou uma pandemia em todos os seis continentes, exceto Antártida. Trata-se de um problema público que entrou, rapidamente, no ‘radar’ de muitos governos nacionais e de organismos supranacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), resultando em inúmeras ações emergenciais para tentar conter o vírus pelos quatro cantos do globo. Considerando essa descrição, o COVID-19, em termos da formação da agenda de políticas públicas de saúde específicas para combatê-lo, configura-se como um problema

- (A) incremental.
- (B) em declínio.
- (C) estável.
- (D) súbito.
- (E) cíclico.

36. Leia o trecho para responder à questão.

O Instituto Ilhabela Sustentável (IIS) escolheu o dia 22 de setembro, data em que é celebrado o Dia Mundial sem Carro, para lançar oficialmente o projeto MobCidades – Mobilidade, Orçamento e Direitos –, um amplo programa de promoção da participação popular na gestão da mobilidade urbana, com foco na garantia do direito à cidade e ao transporte, que vai capacitar representantes de 50 entidades para exercer o controle social e incidir na elaboração e aplicação de políticas públicas no município. A iniciativa foi lançada durante a abertura do 3º Fórum Municipal de Mobilidade Urbana, evento que integra a programação da Semana da Mobilidade e foi promovido pelo IIS, em parceria com o Poder Executivo local, com o objetivo de debater temas prioritários – e favorecer a governança – nas áreas de transporte público, incentivo ao uso da bicicleta, acessibilidade e travessia da balsa. Participaram do evento os representantes da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, bem como de entidades e organizações da sociedade civil, além de dezenas de cidadãos interessados no futuro de Ilhabela e um grupo de estudantes, favorecendo a ação coletiva em torno dessa agenda.

(Disponível em link: <https://iis.org.br/farol-da-ilha/projeto-mobcidades-e-lancado-em-ilhabela/>. 23.09.2020. Adaptado)

O texto, em sua descrição, caracteriza o modelo de análise de política pública de

- (A) Coalizões de Defesa pela mobilidade urbana local.
- (B) Redes de Políticas Públicas em torno da mobilidade urbana municipal.
- (C) Escolha Racional em prol da mobilidade, orçamento e direitos no município.
- (D) Equilíbrio Pontuado entre atores do setor público e da sociedade civil organizada.
- (E) Múltiplos Fluxos dos interesses públicos em detrimento dos interesses privados.

37. Sobre as transferências obrigatórias como instrumentos de implementação de políticas públicas municipais no Brasil, pode-se asseverar que

- (A) o Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência obrigatória incondicional.
- (B) o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma transferência obrigatória constitucional.
- (C) o Sistema de Convênios (Siconv) é a ferramenta para a execução das transferências obrigatórias.
- (D) o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar é uma transferência obrigatória constitucional.
- (E) para equilibrar a distribuição da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios, o governo federal transfere 25% da receita de ICMS para a gestão pública municipal.

38. A fim de avaliar as alternativas de ação de um programa municipal da Prefeitura de Ilhabela para a conservação de espécies marinhas ameaçadas de extinção, uma analista de política pública sugere a análise de custo-efetividade com *outcome* fixo. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) é dado o valor monetário do *input*, e comparam-se os benefícios das alternativas com relação a esse valor fixo.
 - (B) é dado o valor monetário do *output*, e comparam-se os benefícios das alternativas com relação a esse valor fixo.
 - (C) a unidade de objetivo alcançada é fixa e compara-se a variação do custo das alternativas.
 - (D) a quantidade de recursos aplicados é fixa e compara-se a variação dos impactos/efeitos das alternativas com relação ao dispêndio.
 - (E) é dado o valor monetário do *outcome*, e comparam-se os benefícios das alternativas com relação a esse valor fixo.
39. Em abril de 2019, o Governo Federal lançou o Programa Nacional Lixão Zero, com o objetivo de “subsidiar os estados e municípios na gestão dos resíduos sólidos urbanos, com foco na disposição final ambientalmente adequada.” (Ministério do Meio Ambiente, 2019). O novo programa é uma tentativa de resolver um problema antigo, uma vez que, desde 2010, quando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi sancionada, o fim dos lixões já era uma das prioridades, com a meta estabelecida para o ano de 2014.
- A criação de um novo programa, buscando resolver o mesmo problema, e ainda sob o mesmo arcabouço legal do PNRS, revela que as ações anteriores apresentaram dificuldades em qual fase dessa política pública?
- (A) Extinção.
 - (B) Avaliação.
 - (C) Monitoramento.
 - (D) Implementação.
 - (E) Identificação do Problema.
40. Os programas Mais Médicos e Médicos pelo Brasil, apesar de diferenças em termos de escolha da alternativa de ação, partem de um mesmo diagnóstico: a falta de profissionais de saúde em diversas localidades brasileiras. Assim, o Ministério da Saúde busca resolver uma demanda vinda, sobretudo, de municípios com maior vulnerabilidade social e mais distantes dos grandes centros urbanos. Essas ações evidenciam um panorama em que
- (A) a dependência dos entes subnacionais de políticas públicas federais, sobretudo no caso dos pequenos municípios, é um traço característico do federalismo brasileiro.
 - (B) a dificuldade na implementação dos programas advém do caráter centralizador do SUS.
 - (C) o protagonismo federal na resolução desse problema local é um exemplo pontual, não ocorrendo em outras áreas em que os municípios têm autonomia para agir.
 - (D) a capilaridade da política pública de saúde é prejudicada por essa ação centralizadora do governo federal.
 - (E) há a federalização do problema e, portanto, os municípios não podem mais ser responsabilizados por eventuais fracassos na gestão da saúde em seus territórios.
41. A cooperação técnica e financeira entre União, estados e municípios para programas de educação infantil e fundamental, apregoada pela Constituição Federal de 1988, visa diminuir as fragilidades do federalismo brasileiro. Nesse sentido, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), ao distribuir os recursos de acordo com o número de alunos matriculados na educação básica, constitui-se um importante instrumento porque
- (A) estabelece a competição administrada entre os municípios em torno da educação.
 - (B) garante que toda a educação básica seja de tempo integral nos municípios.
 - (C) reduz os mecanismos de controle por conformidade do gasto público educacional.
 - (D) aumenta a transferência da política educacional local para as organizações sociais.
 - (E) diminui a desigualdade entre os entes federados em termos dos recursos disponíveis.

42. Considere o trecho sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

“O Suas foi criado em 2005 com o compromisso de romper com a lógica tradicional do assistencialismo e da fragmentação de ações. Instituído como lei em 2011, o sistema promove o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial.” (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2020).

Considerando a proposta de promover um sistema único de apoio e proteção social ao cidadão na federação brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma nova lógica de ação pressupõe uma ação integrada, envolvendo governo, iniciativa privada e sociedade civil.
- (B) Levando em conta a autonomia proposta pelo sistema, cabe somente aos municípios a decisão sobre as condicionalidades para a utilização gratuita dos serviços prestados.
- (C) As ações da assistência social são amplamente compartilhadas entre os entes, seguindo a lógica do federalismo compartimentalizado.
- (D) A centralização do poder decisório no governo federal é a maneira de dirimir os problemas e aumentar a capilaridade de ações autônomas no nível subnacional.
- (E) A universalização das políticas públicas assistenciais exige invariavelmente a descentralização, mas, conseqüentemente, ocasiona a fragmentação das ações.

43. Os conselhos municipais são importantes instrumentos para promover a participação social na gestão pública. O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ilhabela/SP, por exemplo, é integrado por membros de ONGs ambientalistas, associações de bairro, entidades ligadas ao comércio, organizações relacionadas ao turismo e comunidades tradicionais, que, juntamente com os órgãos do Poder Executivo local, atuam em temas relacionados ao meio ambiente. Considerando o papel do poder público de fomentar a participação de distintos atores sociais nos processos das diversas políticas públicas, é correto afirmar que são formas adequadas para tal atribuição:

- (A) tornar as reuniões dos conselhos virtuais e semanais, bem como promover a abertura dos dados governamentais.
- (B) promover a abertura dos dados governamentais e de cursos de capacitação para a sociedade civil.
- (C) promover cursos de capacitação para a sociedade civil e diminuir a multiplicidade de espaços de participação.
- (D) ampliar as instâncias deliberativas e suprimir a representatividade de órgãos públicos.
- (E) promover cursos de capacitação para a sociedade civil e tornar as reuniões dos conselhos semanais e virtuais.

44. Sob a perspectiva da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil, evidencia-se a importância e necessidade da construção coletiva de soluções para os problemas públicos, de modo que o ente governamental possa não apenas captar melhor as demandas sociais, mas também possibilitar que os cidadãos participem da tomada de decisão. Essa construção advém de processos de diálogo para a definição de prioridades e formulação de alternativas de políticas públicas, fortalecendo a gestão pública democrática por meio da atuação dos atores sociais nesses espaços institucionalizados.

O texto apresenta características de participação social condizentes com o uso de

- (A) referendos.
- (B) plebiscitos.
- (C) observatórios municipais.
- (D) leis de iniciativa popular.
- (E) conferências temáticas.

45. As conquistas democráticas nas últimas três décadas no Brasil, ao mesmo tempo em que possibilitaram ao cidadão a perspectiva de participação nas políticas públicas, exigem dos governos a capacidade de atender essas expectativas e, assim, viabilizar e legitimar um processo que seja, de fato, participativo. Dentre as implicações legais relacionadas à participação social nos processos de políticas públicas municipais no Brasil, é possível citar a obrigatoriedade de

- (A) garantir a representatividade da sociedade civil nos conselhos das autarquias municipais.
- (B) promover audiências públicas para elaboração do planejamento governamental.
- (C) oferecer cursos de educação política para as primeiras séries do ensino fundamental.
- (D) realizar reuniões de prestação de contas dos programas locais em espaços públicos, como praças, parques ou centros de convivência social.
- (E) designar associações de bairro como representantes dos cidadãos nos conselhos tripartites das políticas públicas municipais.

46. Diante da constatação de uma epidemia de dengue em um determinado município paulista, o Ministério Público sugeriu à prefeitura um plano de contingência, visando ao melhor tratamento dos doentes e à eliminação dos focos da doença. A atuação do Ministério Público iniciou-se a partir de uma denúncia realizada por um morador da cidade, que se utilizou de ferramentas disponíveis no portal do órgão. Para responder ao Ministério Público, a prefeitura, de imediato, seguiu as recomendações do órgão e foi informando os avanços obtidos aos promotores de justiça. Considerando o papel desempenhado pelo Ministério Público na gestão local, é correto afirmar que a situação relatada

- (A) é passível de questionamento, pois interferiu na discricionariedade do chefe do Poder Executivo municipal.
- (B) foi adequada, pois teve como objetivo defender o direito individual do denunciante.
- (C) foi inadequada, uma vez que os mecanismos para garantia de direitos coletivos não preveem a atuação para casos envolvendo saúde pública.
- (D) foi adequada, pois buscou garantir o direito difuso dos municípios.
- (E) foi inadequada, uma vez que a sugestão tem impactos diretos sobre o ente municipal, sem o aval da casa legislativa local.

47. Leia o trecho para resposta à questão.

*Projeto de lei que cria o primeiro
Conselho Municipal Caiçara do Brasil
é aprovado por unanimidade em Ilhabela (SP).*

Foi aprovado por unanimidade o projeto de lei que cria o Conselho Municipal das Comunidades Tradicionais de Ilhabela (CMCT), no litoral norte de São Paulo. O texto foi apreciado na última semana pelos vereadores do município, tendo recebido nove votos favoráveis. O projeto de lei é resultado de dois anos de trabalho conjunto do Ministério Público Federal em Caraguatatuba (SP) com as comunidades tradicionais e a Prefeitura de Ilhabela. O conselho terá o objetivo de reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica e cultural, bem como seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições.

(Ministério Público Federal, 2019. Adaptado)

A criação do Conselho Municipal das Comunidades Tradicionais de Ilhabela (CMCT) pode ser compreendida como uma

- (A) política corporativista, de modo que torna as comunidades tradicionais mais fortes politicamente que o restante dos segmentos da sociedade.
- (B) pseudopolítica, considerando a simplicidade do problema abordado e a complexidade da solução proposta.
- (C) tentativa de aparelhamento ideológico, com o atendimento de interesses de um pequeno grupo em detrimento de toda a comunidade local.
- (D) ação afirmativa, pois promove a valorização identitária dessa comunidade.
- (E) política simbólica, pois busca resolver um problema inexistente.

48. Ilhabela-SP, assim como diversas outras cidades litorâneas do estado de São Paulo, vê sua população crescer exponencialmente na temporada de verão. Com a cidade quase que quintuplicando de tamanho populacional, tornando-a uma das mais visitadas do litoral norte, os problemas públicos também se agravam, requerendo do poder público local ações coerentes e consistentes de gestão pública para enfrentar esse desafio municipal, como

- (A) o direcionamento de todo o fluxo turístico de Ilhabela-SP para as cidades circunvizinhas, evitando a precarização dos serviços públicos municipais.
- (B) a flexibilização do Plano Plurianual (PPA) do município, alterando as prioridades de acordo com os interesses privados das empresas hoteleiras.
- (C) a realização de um competente Plano Diretor, garantindo atenção à situação socioambiental do município.
- (D) a mudança na gestão dos serviços públicos básicos, garantindo atendimento prioritário aos turistas em detrimento dos municípios.
- (E) a aplicação de todos os *royalties* do petróleo nas áreas de esporte e lazer, visando tornar a cidade mais atrativa aos turistas.

49. O Programa Crescer, instituído no PPA 2018-2021 de Ilhabela-SP, institui ações de qualificação para o desenvolvimento de cidadania voltado para população em condições de vulnerabilidade no município. Na prática, são cursos variados de qualificação profissional, vislumbrando futuras possibilidades de emprego e renda para os beneficiários. Pensando nesta ação governamental a partir da perspectiva da transversalidade das políticas públicas, é correto afirmar que

- (A) a Secretaria da Educação deve ser a principal responsável pelo projeto, uma vez que ela cumpre com a função setorial das práticas de ensino e aprendizagem no município.
- (B) a abordagem intersetorial, pressuposta na transversalidade das políticas públicas, prejudicaria o resultado dessa ação governamental diante da multiplicidade de atores socioestatais envolvidos.
- (C) o gestor local deve considerar o perfil dos beneficiários e integrar esta ação com as demais políticas públicas, enxergando a questão de maneira intersectorial e multidimensional.
- (D) o insulamento burocrático do Fundo Social de Ilhabela, responsável pela política pública, é fundamental para garantir o sucesso dessa ação governamental.
- (E) a rede interorganizacional envolvida na política pública deve ser circunscrita aos equipamentos da assistência social, garantindo a especificidade dessa ação governamental.

- 50.** O Sistema de Assistência Social de Ilhabela-SP está organizado a partir de dois tipos de proteção: a proteção social básica, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e a proteção social especializada, via Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As especificidades de cada serviço prestado possibilitam à prefeitura municipal melhor atender os cidadãos, a depender da situação enfrentada. Considerando a diferença entre as duas estruturas, é correto afirmar que
- (A) as fontes de financiamento são distintas, de modo que o CRAS tem como fonte de recursos os repasses da União, enquanto o CREAS é financiado totalmente pelo município.
 - (B) o CRAS atua com as demandas da população urbana, enquanto o CREAS atua com as especificidades da população caiçara.
 - (C) a ação do CRAS é voltada para os casos de violência doméstica; já o CREAS atua com os casos de violência psíquica e sexual.
 - (D) o CRAS atua para o fortalecimento dos vínculos familiares e com ações de caráter reparacional; já o CREAS atua para o fortalecimento dos vínculos sociais e com ações de cunho preventivo.
 - (E) a ação do CRAS ocorre para prevenir situações de risco; já o CREAS atua quando a situação de risco já ocorreu.
- 51.** Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.
 - (B) Independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de autarquias e empresas públicas, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
 - (C) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (D) Com o fim de garantir a preservação do valor salarial, admite-se a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- 52.** A respeito da responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que
- (A) o Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
 - (B) admitida a acusação contra o Presidente, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
 - (C) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, desde que se configurem como crimes hediondos.
 - (D) nas infrações comuns, antes da prolação da sentença condenatória pelo STF, o Presidente da República estará sujeito a prisão, desde que autorizada por decisão de dois terços do Plenário.
 - (E) se decorrido o prazo de noventa dias da suspensão do Presidente de suas funções e o julgamento não estiver concluído, cessará automaticamente o afastamento do Chefe do Poder Executivo.
- 53.** Suponha que o Congresso Nacional, por meio de um decreto legislativo, convocou plebiscito para decidir sobre tema relevante ao país.
- De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que o Congresso Nacional
- (A) não poderia ter convocado plebiscito, mas apenas autorizado a realização de referendo.
 - (B) não possui tal atribuição, pois compete privativamente ao Senado Federal convocar plebiscito.
 - (C) detém a competência exclusiva para convocar plebiscito, assim como para autorizar o estado de sítio.
 - (D) incorreu em equívoco, pois compete privativamente ao Presidente da República convocar plebiscito.
 - (E) não poderia ter convocado plebiscito, mas deteria competência para autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos.

54. Considere que o Município X por meio de contrato administrativo concedeu à Pessoa Jurídica B o serviço de transporte público municipal por 10 (dez) anos, mas frequentemente a concessionária descumpre cláusulas contratuais e não presta o serviço de forma adequada, de acordo com indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que a inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração da

- (A) encampação da concessão e a retomada do serviço durante o prazo da concessão, independentemente de lei autorizativa e de prévio pagamento da indenização.
- (B) caducidade da concessão, que independe de prévia verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo e de pagamento antecipado da indenização.
- (C) anulação do contrato de concessão, o que resultará para o poder concedente a responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- (D) caducidade da concessão, por meio de decreto do poder concedente após instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, que dependerá de prévia indenização.
- (E) encampação da concessão, independentemente de prévio pagamento, resultando para o poder concedente apenas a responsabilidade em relação aos encargos e compromissos com empregados da concessionária.

55. Suponha que o Município Z realizou na data de ontem procedimento licitatório a fim de contratar uma pessoa jurídica para reparar o prédio municipal em que se encontra localizada a secretaria de saúde e que serve de depósito para parcela das vacinas e medicamentos pertencentes à municipalidade. No entanto, não acudiram interessados à licitação e esta não pode ser repetida sem que a Administração sofra prejuízos, visto o risco eminente de parte da estrutura do prédio ruir e, conseqüentemente, ocasionar a deterioração das vacinas e fármacos.

Nesse caso, é correto afirmar que, em razão da ausência de interessados, a licitação é denominada de

- (A) fracassada e é dispensável a licitação para contratação da pessoa jurídica a fim de reparar o prédio municipal, independentemente de motivação.
- (B) frustrada e é inexigível licitação para contratação da pessoa jurídica a fim de reparar o prédio municipal, sendo imprescindível a motivação expressa.
- (C) deserta e é inexigível licitação para contratação da pessoa jurídica a fim de reparar o prédio municipal, sendo prescindível a motivação.
- (D) fracassada e é inexigível a licitação para contratação da pessoa jurídica para reparar o prédio municipal, desde que haja motivação e manutenção das condições preestabelecidas.
- (E) deserta e é dispensável a licitação para contratação da pessoa jurídica a fim de reparar o prédio municipal, desde que haja motivação e a manutenção das condições preestabelecidas.

56. A respeito dos Contratos Administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.666/93.

- (A) Admite-se o contrato com prazo de vigência indeterminado, tendo em vista a supremacia do interesse público.
- (B) As cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos poderão ser alteradas independentemente de prévia concordância do contratado.
- (C) É anulável o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pagamento imediato.
- (D) A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.
- (E) Decorridos 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

57. Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de atos administrativos normativos.

- (A) Resoluções, deliberações e decretos.
- (B) Decretos, instruções e licenças.
- (C) Deliberações, portarias e certidões.
- (D) Homologação, certidões e instruções.
- (E) Regimentos, circulares e parecer.

58. Suponha que João é vereador do Município de Ilhabela e que ele deixou de comparecer em uma sessão legislativa a 06 (seis) sessões ordinárias consecutivas, sem apresentar qualquer laudo médico e sem licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Ilhabela, é correto afirmar que João

- (A) perderá o mandato e a perda será declarada de ofício pela Mesa Diretora ou mediante provocação de qualquer de seus membros.
- (B) somente perderia o mandato se deixasse de comparecer em cada sessão legislativa a 15 (quinze) sessões ordinárias consecutivas.
- (C) poderá perder o mandato e a perda será decidida pela manifestação favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, por provocação privativa da Mesa Diretora.
- (D) somente perderia o mandato se deixasse de comparecer em cada sessão legislativa a 30 (trinta) sessões ordinárias consecutivas.
- (E) não perderá o mandato, pois todo vereador pode deixar de comparecer à metade das sessões ordinárias realizadas em cada sessão legislativa.

59. Considere que Adriano possui curso superior e que no ano passado ele foi condenado em decisão transitada em julgado por crime de ação penal pública incondicionada previsto na Lei Maria da Penha. O crime não é considerado como de menor potencial ofensivo. Adriano deseja ser nomeado para ocupar cargo em comissão no âmbito da Administração Direta do Município de Ilhabela.

De acordo com o previsto na Lei Orgânica do Município de Ilhabela, é correto afirmar que Adriano

- (A) poderá ser nomeado para cargo em comissão na Administração Direta ou Indireta, já que possui ensino superior e sua condenação penal não impede tal nomeação.
- (B) apenas não poderia ser nomeado para cargo em comissão na Administração Direta se possuíse condenação transitada em julgado por crime contra a administração pública.
- (C) somente não poderia ser nomeado para cargo em comissão na Administração Direta ou Indireta se tivesse sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial.
- (D) não poderá ser nomeado para cargos em comissão, na Administração Direta, Indireta e fundacional do Município e do Poder Legislativo Municipal.
- (E) apenas não poderia ser nomeado para cargo em comissão na Administração Direta se já tivesse sido condenado por nepotismo, com sentença transitada em julgado.

60. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Ilhabela, o veto realizado pelo Prefeito a projeto de lei será apreciado pela Câmara Municipal obrigatoriamente dentro de

- (A) uma semana, a contar da data do veto, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.
- (B) 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria relativa dos Vereadores.
- (C) 15 (quinze) dias, a contar da data do veto, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.
- (D) 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

